



BOLETIM INFORMATIVO – JUNHO 2019

Edição nº. 08 - Ano 25 - CRC/RS 3.112

PARCERIA FORMARÁ GRUPOS PARA APORTES EM STARTUPS

O Parque de Ciência, Tecnologia e Inovação da Universidade de Caxias do Sul (TecnoUCS) firmou parceria com a Ventiur, uma aceleradora de negócios com base em São Leopoldo, com o objetivo de potencializar a economia do Nordeste do Rio Grande do Sul. Por meio da formação de grupos de investidores, as organizações pretendem aportar recursos em startups que se mostrarem mais capacitadas a gerar negócios inovadores, em especial que venham a desenvolver soluções para demandas de empresas de Caxias do Sul e região.

De acordo com o CEO da Ventiur, Sandro Cortezia, a estratégia considera quatro ciclos de captação de R\$ 1 milhão cada, divididos em 80 cotas de R\$ 50 mil, visando ao investimento total de R\$ 4 milhões em 20 startups em até dois anos. A ideia é criar uma sociedade de investidores para o aporte de R\$ 100 mil a R\$ 200 mil em até cinco startups por ciclo.

A captação dos recursos é necessária para o início do ciclo, que é dividido em cinco fases - a primeira, no TecnoUCS, tem seu start programado para o início de junho. A prospecção ocorre por meio de uma chamada aberta para startups de qualquer parte do país. Após a etapa de avaliação do modelo de negócio, a pré-seleção definirá os 20 participantes do ciclo. "Neste projeto queremos que as startups também se conectem com a cadeia de valor das empresas da região", aponta Cortezia, salientando o enfoque no desenvolvimento regional que a parceria com o TecnoUCS implica.

Na etapa seguinte, as 20 selecionadas receberão acompanhamento e mentoria para a pré-aceleração do negócio, ao longo de dois meses, até a apresentação do empreendimento em um pitch-day para os investidores. Deste sairão as cinco escolhidas para receber o aporte de até R\$ 200 mil cada, configurando a fase de investimento, a quinta e última do ciclo. As pré-aceleradas que não estiverem entre as eleitas podem participar do ciclo seguinte ou obter, à parte, investimento direto de algum investidor.

A saída do TecnoUCS e da Ventiur e a rentabilização dos investidores se dará após a consolidação do negócio. "O mais comum no meio é a startup crescer com aceleração e investimento e vir a ser vendida para outro player do mercado em até cinco anos", pontua Cortezia.

Dentre os benefícios do investimento em grupo, o executivo cita a diluição dos riscos. "É um investimento de risco, mas com retorno proporcional, ou seja, de potencial de ganho elevado. Portanto, aportar recursos em 20 startups minimiza o risco e, no modelo que propomos, a empresa ajuda a decidir em que negócio vale a pena investir", relata.

Primeira aceleradora do Rio Grande do Sul, criada em 2013, a Ventiur já é parceira do parque científico-tecnológico da UCS por meio da gestão de investimentos em startups geradas no programa de desenvolvimento de novos negócios StartUCS. O coordenador-executivo do parque tecnológico, Enor Tonolli Jr, ressalta a potencialização da atuação do programa StartUCS com o advento de uma aceleradora como parceira. "Tanto o parque científico-tecnológico como o programa StartUCS estão consolidados como ambientes de empreendedorismo e inovação. O passo seguinte, que estamos dando agora, é a captação de recursos para o fomento dos novos negócios. Cabe à aceleradora esse papel de atrair os investimentos necessários ao crescimento dos empreendimentos que, juntos, atuamos para desenvolver", explica. - Jornal do Comércio

OPERAÇÕES COM CRIPTOATIVOS DEVERÃO SER INFORMADAS À RECEITA FEDERAL

A partir de agosto deste ano, pessoas físicas, jurídicas e corretoras que realizem operações com criptoativos terão que prestar informações à Receita Federal. Os criptoativos são popularmente conhecidos como “moedas virtuais”, sendo o bitcoin a mais famosa entre elas.

A coleta de informações sobre operações com criptoativos tem se intensificado em vários países, após a constatação de que grupos estariam se utilizando do sistema para cometer crimes como lavagem de dinheiro, sonegação e financiamento ao tráfico de armas e terrorismo. Como as transações em criptomoedas podem ser feitas à margem do sistema financeiro tradicional e em anonimato, quadrilhas estariam se aproveitando disto para praticar crimes.

Publicada no Diário Oficial da União, a Instrução Normativa RFB 1.888/2019 prevê que as operações que forem realizadas em ambientes disponibilizados pelas exchanges de criptoativos domiciliadas no Brasil serão informadas pelas próprias exchanges, sem nenhum limite de valor. As exchanges funcionam como corretoras do mercado de criptoativos, permitindo a compra e venda da moeda virtual entre os usuários, dentre outras operações.

As operações realizadas em exchanges domiciliadas no exterior e as operações realizadas entre as próprias pessoas físicas ou jurídicas sem intermédio de corretoras, serão reportadas pelas próprias pessoas físicas e jurídicas. Nestas hipóteses, as informações deverão ser prestadas sempre que o valor mensal das operações, isolado ou conjuntamente, ultrapassar R\$ 30 mil.

Dentre as informações de interesse serão informadas a data da operação, o tipo de operação, os titulares da operação, os criptoativos usados na operação, a quantidade de criptoativos negociados, o valor da operação em reais e o valor das taxas de serviços cobradas para a execução da operação, em reais, quando houver. A instrução normativa também estipula o valor das multas para os casos de prestação de informações incorretas ou fora do prazo.

COMPLIANCE NOSSO DE CADA DIA

Perdoai as pequenas inconformidades. Mas não nos deixeis cair em tentação e livrai-nos das fraudes, corrupções, desvios, vantagens ilícitas, lavagem de dinheiro e demais falcatuas.

Compliance é um tema recente em nosso País, quando comparado a outros. Os EUA, por exemplo, já tratam deste tema há mais de 50 anos. Nossa lei anticorrupção é somente de 2014. Muitas pessoas ainda não estão familiarizadas com o tema. Se tornou muito forte, principalmente após os escândalos da Operação Lava Jato, que trouxe muitos termos desconhecidos pelo povo, como acordo de leniência e responsabilização de pessoas jurídicas e grandes empresários envolvidos nos esquemas, que até presos foram. Apenas por curiosidade, na pesquisa da Transparency International de 2018, o Brasil, dentre os 180 países avaliados está na posição 105, no que tange a percepção acerca da presença de corrupção. Dinamarca figura como primeira no ranking, ou seja, a menos corrupta do globo. Temos trabalho pela frente!

A palavra Compliance deriva do inglês - to comply, e significa estar em conformidade com algo (leis, regulamentos, códigos de conduta, políticas, etc.). Estar em conformidade significa prevenir acontecimentos indesejáveis como: danos de reputação e imagem organizacional, altos custos com processos legais de diversas áreas, má utilização de influência (poder) e até mesmo fraudes contábeis e desvios de verbas. Há um estudo americano que demonstra: a cada US\$ 1 investido em Compliance, há uma possível economia de US\$ 5, caso hajam problemas como os mencionados acima.

Qualquer empresa pode adotar um programa de Compliance, seja ela pequena, média, pública ou privada. Seguindo alguns passos essenciais como: avaliação da estrutura e dos riscos organizacionais, elaboração de programa e política de Compliance, código de conduta (com punições previstas) e sem esquecer o primordial: comunicar o programa aos envolvidos, treiná-los constantemente e garantir um canal para que, sigilosamente, denúncias possam chegar até o responsável pelo Compliance, com intuito de investigar e punir, se for o caso. Fechando um ciclo que deve ser encarado como um novo processo organizacional (contínuo) e não como um mero projeto de início, meio e fim. - Jornal do Comércio

ESC QUER DEMOCRATIZAR O ACESSO A CRÉDITO PARA OS MICRO E PEQUENOS NO PAÍS

Criada há pouco mais de um mês, a figura da Empresa Simples de Crédito (ESC) tem o objetivo de democratizar o acesso ao crédito, principalmente fora dos grandes centros. O intuito é contribuir para que os microempreendedores individuais (MEIs) e micro e pequenos empresários do Simples Nacional acessem empréstimos e financiamentos com taxas menores do que as oferecidas pelas instituições financeiras tradicionais e com menos burocracia.

Conforme o Sebrae, entidade em que a ideia foi gestada, as ESCs serão importantes para movimentar recursos por todo o Brasil, chegando a espaços longínquos, onde as instituições financeiras tradicionais não estão. Segundo o presidente da instituição, Carlos Melles, a ESC vai promover a circulação de recursos pelas diversas regiões do País, além de possibilitar a redução dos juros e aumentar a competição com os bancos.

"Estamos iniciando uma caminhada de uma medida que vai fazer com que os recursos circulem por todas as regiões, proporcionando um ambiente de conforto para os pequenos negócios", afirmou Carlos Melles, ressaltando que a ESC também vai ajudar na geração de emprego e no aumento da produtividade. O presidente do Sebrae afirmou que a instituição está trabalhando em parceria com a União, principalmente com o Ministério da Economia, para desburocratizar o ambiente de negócios.

Dados apurados pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e divulgados na semana passada mostram que mais de um terço (34%) dos empresários de menor porte considera difícil contratar algum tipo de crédito atualmente. Os que avaliam o processo de forma fácil somam apenas 18% da amostra, ao passo que 14% não têm opinião formada sobre o assunto.

O excesso de burocracia e de garantias exigidas pelas instituições financeiras desponta como o principal entrave, citado por 66% dos empresários consultados, acompanhado da percepção de juros elevados (49%). Na avaliação dos empresários ouvidos, o tipo de crédito mais difícil para se obter são os fornecidos pelo Bndes (23%) e também por instituições financeiras (17%).

Segundo o secretário especial adjunto de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Igor Calvet, a falta de crédito para os pequenos negócios é um dos grandes problemas existentes hoje. O diretor do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI) da Secretaria de Governo Digital, André Santa Cruz Ramos, complementou que o mercado financeiro tem dificuldade em operar com os pequenos negócios, o que será facilitado pela ESC. "A lei também é boa para dar mais concorrência no mercado de crédito no País", observou Ramos.

O presidente da Associação Nacional de Fomento Comercial (Anfac), Luiz Lemos Leite, afirmou que as Empresas Simples de Crédito entrarão no portfólio da instituição que dirige e observou que uma delas entrará em operação ainda neste mês, em São Paulo. "Temos muito a oferecer com a ESC, pois estamos aproximando quem tem recursos daqueles que precisam", disse Leite. "Essas empresas são parte de um projeto que deu certo para auxiliar as micro e pequenas empresas, e é uma atividade complementar ao fomento comercial", explicou o presidente da Anfac.

O gerente da Unidade de Capitalização e Serviços Financeiros do Sebrae Nacional, Ronaldo Pozza, avisa que uma série de atividades serão realizadas a fim de intensificar a disseminação da ESC. "Estamos nos aproximando dos principais atores envolvidos com a nova lei, como o Banco Central e a Receita Federal, além do próprio setor", explicou Pozza. "Vamos passar todas as informações junto com a Anfac, por meio de manuais, cartilhas, entre outros. O Sebrae vai dar todo apoio para fomentar este mercado", acrescentou o gerente.

Segundo o advogado Alexandre Fuchs das Neves, especialista em direito bancário, as ESCs têm de ter um tratamento diferenciado, pois são destinadas a oferecer crédito exclusivamente às micro e pequenas empresas, segmento que não é atendido pelos bancos. "Este é um momento que temos para enfrentar a crise", disse Fuchs. O advogado enumerou os itens da lei de criação da ESC que não são permitidos, como a captação de recursos para as operações, a aplicação de tarifas, entre outras. - Jornal do Comércio



Agenda das Principais Obrigações Junho/2019



DIAS	COMPROMISSOS
03/06	Envio das notas fiscais, documentos de caixa e recibos de autônomos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa para encerramento do mês de maio 2019
06/06	SALÁRIOS - MAIO
07/06	DAE - DOMÉSTICAS GFIP - MAIO
10/06	ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (Demais produtos) - MAIO
11/06	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 01 a 10/06/2019
12/06	ICMS - COMÉRCIO - MAIO ICMS - INDÚSTRIA - MAIO ICMS - ÚLTIMOS SETORES INCLUÍDOS NA SUBST. TRIBUTÁRIA - ABRL
17/06	GPS - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL ISSQN - MAIO
19/06	GPS - MAIO IRF - MAIO
21/06	IMPOSTO SIMPLES NACIONAL - MAIO ICMS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - ABRIL
24/06	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 11 a 20/06/2019
24/06	ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA - SIMPLES NACIONAL - ABRIL
25/06	IPI - INDÚSTRIA - MODALIDADE GERAL - MAIO COFINS - MAIO PIS - MAIO
25/06	Envio dos dados para encerramento da folha de pagamento: registro de empregados, alterações de salário, faltas e descontos, recibos de autônomos e notas fiscais cooperativas, referente junho 2019
28/06	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - MAIO - ESTIMATIVA IRPJ - MAIO - ESTIMATIVA
01/07	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 21 a 30/06/2019



Curta nossa página no Facebook e Instagram:

@visaocont VILLAGIO IGUATEMI 54 3026 4646

Visão Contabilidade - Competência e Credibilidade